



AIG Resseguros Brasil S.A.
CNPJ 13.525.547/0001-52
aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2022

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras referentes às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1949 e acompanhando a evolução das demandas do mercado com o lançamento contínuo de produtos inovadores, a AIG tem ajudado pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais preparados para o amanhã. Atendendo a milhões de clientes em cerca de 70 países e jurisdições, nossa atuação global permite-nos entender suas necessidades, respeitando as características das culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado. Somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos. A AIG Resseguros Brasil S.A., subsidiária da AIG Resseguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil, com capital social de R\$ 105 milhões, com o objetivo de operar no mercado de resseguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, oferecendo segurança, volume e valor a nossos clientes.
Performance econômico-financeira
Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Resseguradora atingiram um volume de R\$ 180,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 4% menor que o exercício de 2021, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 171,7 milhões, 6% menor que em 2021. Com relação às despesas, no exercício de 2022, as administrativas foram de R\$ 15 milhões, as de tributos de R\$ 5,5 milhões e as despesas operacionais de R\$ 0,03 milhão, que totalizam 48,7% menor que as despesas do exercício de 2021. Os sinistros ocorridos apresentaram um saldo de R\$ 96 milhões, 2% menor em relação ao exercício anterior, e as operações de retrocesso resultaram em R\$ 42,3 milhões, com redução de 12% em comparação ao exercício anterior. Ademais, a receita financeira contribuiu com R\$ 23 milhões, 158% maior que o exercício de 2021, e soma de outras linhas representam R\$ 2,6 milhões. Esses impactos somados resultaram em um lucro de R\$ 33,2 milhões no exercício de 2022 e um lucro de R\$ 3,1 milhões em 2021.

Distribuição de lucros
Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.
Perspectivas
Em 2022, mantivemos nosso foco em eficiência operacional, comunicação aberta, diferenciais e capacitação técnica de nossos colaboradores para continuar a atender corretores parceiros e clientes com agilidade e profissionalismo, especialmente diante dos desafios impostos pela nova realidade. Por sermos uma companhia global, com visões de culturas e realidades diversas, temos uma capacidade diferenciada de compreender cada mercado, o que nos levou a ampliar nossa atuação como resseguradora, inclusive na América Latina. Mantemos e estamos expandindo nosso foco no fortalecimento das alianças com parceiros de negócios, pois entendemos que o país demonstra ter bases sólidas que contribuirão para a retomada do crescimento nos próximos anos.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa Administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.
A Diretoria

		Balanco Patrimonial	
		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2022	2021	
Circulante	554.676	506.260	Circulante
Disponível	8.045	11.769	Contas a pagar
Caixa e bancos (Nota 5)	8.045	11.769	Obrigações a pagar (Nota 11.1)
Aplicações financeiras (Nota 6)	101.084	81.676	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	128.031	130.242	Encargos trabalhistas
Operações com seguradora (Nota 7.3)	124.297	123.142	Impostos e contribuições (Nota 11.3)
Operações com resseguradora (Nota 7.5)	3.348	6.714	Outras contas a pagar (Nota 11.4)
Outros créditos operacionais	2.386	386	Débitos de operações com seguros e resseguros
Ativos de retrocesso - provisões técnicas (Nota 10)	310.046	281.945	Prêmios a restituir
Títulos e créditos a receber	7.467	627	Operações com resseguradoras (Nota 13)
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	7.467	627	Depósitos de terceiros
Despesas antecipadas	3	1	Depósitos de terceiros
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	3	1	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)
Não circulante	168.436	122.805	Não circulante
Realizável a longo prazo	168.356	122.664	Contas a pagar
Aplicações financeiras (Nota 6)	153.877	116.760	Tributos diferidos (Nota 12)
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.479	117	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	3.479	117	Patrimônio líquido
Ativos de retrocesso - provisões técnicas (Nota 10)	3.344	2.865	Capital social (Nota 15(a))
Títulos e créditos a receber	6.851	3.102	Reservas de lucros
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	6.851	3.102	Ajustes com títulos e valores mobiliários
Depósitos judiciais e fiscais	805	-	Prejuízos acumulados
Intangível	80	141	
Outros intangíveis	80	141	
Total do ativo	723.112	629.065	Total do passivo e patrimônio líquido
			723.112 629.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.246	33.246	-	-
Constituição de reservas	-	866	10.416	-	-	(11.282)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	105.001	866	10.416	121	-	-	116.404	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros / (prejuízos) acumulados		Total	
		Legal	Estatutária						
Em 1º de janeiro de 2021	105.001	-	-	-	-	(16.725)	88.276	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.139	3.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.339)	(2.339)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Em 1º de janeiro de 2022	105.001	-	-	-	-	(15.925)	89.076	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	121	9.392	673	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-							

(...continuação)

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A contribuição social, quando aplicável, é constituída pela alíquota de 15%, que passará para 16% no período de agosto de 2022 a dezembro de 2022, conforme disposto na MP 1.115 de abril de 2022. Para o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foram consideradas as seguintes alíquotas: 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. As contribuições para o PIS são apuradas e pagas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, conforme legislação vigente.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Resseguradora passou a reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias, tendo em vista a projeção de resultados futuros positivos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros
As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde aplicam-se estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As prováveis que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários
Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Resseguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis (vide Nota 8).

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de resseguro

(a) Risco de resseguro
O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra ou não e, em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra. A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluem-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado. Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio. A Resseguradora efetua a gestão de risco de resseguro, conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos, bem como seu diferimento médio, está distribuída da seguinte forma:

Seguros corporativos	Tempo de diferimento	
Aeronáutico	1 ano	
Responsabilidade civil geral excedente	1 ano	
Responsabilidade civil geral	1 ano	
Propriedade	1 ano	
Gerenciamento de crises	1 ano	
Engenharia / Energia	5 anos	
Ambiental	2 anos	
Riscos financeiros	1 ano	
Transportes	1 ano	
Contas internacionais	1 ano	
Grandes propriedades	1 ano	
Garantia	5 anos	
Risco de crédito	1 ano	

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	2022		2021	
	Região		Região	
Patrimonial	2	29.890	2	20.157
Responsabilidades	2	39.745	2	33.078
Transportes	2	3.368	2	175
Riscos financeiros	2	350	2	2.082
Rural	2	21	1	10
Marítimos	2	1.378	2	3.580
Aeronáuticos	2	1.219	2	1.534
		75.971		60.625

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e, consequentemente, não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

Seguros corporativos	31 de dezembro de 2022				
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		
	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas atuariais		13.294	22.157	4.418	7.364
Sinistralidade	-20%	(13.294)	(22.157)	(4.418)	(7.364)
Câmbio projetado	-20%	15.496	25.827	4.446	7.410
Câmbio projetado	20%	(15.496)	(25.827)	(4.446)	(7.410)

Seguros corporativos	31 de dezembro de 2021				
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro		
	Variação	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas atuariais		20.234	33.724	4.953	8.255
Sinistralidade	-20%	(20.234)	(33.724)	(4.953)	(8.255)
Câmbio projetado	-20%	10.770	17.950	2.148	3.580
Câmbio projetado	20%	(10.770)	(17.950)	(2.148)	(3.580)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez

A Resseguradora determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos, e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM). A abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora está apresentada nas Notas 6 e 7.

4.3. Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas. A Resseguradora está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a Resseguradora utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados, conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa Matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio, periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços cotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

Ativos financeiros a valor justo através do resultado	31 de dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Disponível para venda	139.092	68.308	207.400
Títulos públicos federais	139.092	-	139.092
Títulos privados	-	68.308	68.308
Mantidos para negociação	47.561	-	47.561
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-
Exclusivos (*)	24.201	-	24.201
Mútuo	23.360	-	23.360
Total ativos financeiros	186.653	68.308	254.961

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 01/2023 e 09/2027.

Ativos financeiros a valor justo através do resultado	31 de dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Mantidos para negociação	159.065	39.371	198.436
Títulos públicos federais	112.710	-	112.710
Títulos privados	-	39.371	39.371
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-
Exclusivos (*)	22.213	-	22.213
Mútuo	24.142	-	24.142
Total ativos financeiros	159.065	39.371	198.436

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 03/2021.

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora, considerando os percentuais de variação abaixo indicados:

Variável financeira	Variação	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros	(1,5)	1.473	1.473	1.131	1.131
Taxa de juros	1,5	(1.313)	(1.313)	(971)	(971)
Câmbio projetado	(20)	(4.574)	(4.574)	(5.437)	(5.437)
Câmbio projetado	20	4.574	4.574	5.437	5.437

Em função da Resseguradora classificar os ativos para venda, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos a serem vendidos na data-base, o impacto direto de aumento ou diminuição da taxa de juros é refletido integralmente no patrimônio líquido da Resseguradora. O impacto da variação do câmbio é refletida diretamente no resultado em função da Resseguradora classificar o ativo cambial para negociação, porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4. Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro. A Resseguradora distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 360/17 e alterações posteriores.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A política de aplicações financeiras adotada pela Administração da Resseguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

Os *ratings* considerados pela Resseguradora para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de *sites* de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Pools, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no *site* da SUSEP, com as mesmas fontes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2022				
	AAA	AA+	AA	A+	Sem <i>rating</i>
Disponível para venda	196.952	3.720	5.545	1.183	-
Ativos prefixados	-	-	-	-	-
Públicos	2.025	-	-	-	2.025
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-
Públicos	137.067	-	-	-	137.067
Privados	57.860	3.720	5.545	1.183	68.308
Mantidos para negociação	-	-	-	-	47.561
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	24.201
Mútuo	-	-	-	-	23.360
Total ativos financeiros	196.952	3.720	5.545	1.183	254.961

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 01/2023 e 09/2027.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2021				
	AAA	AA+	AA	AA-	A
Mantidos para negociação	139.525	4.865	4.198	2.863	630
Ativos prefixados	-	-	-	-	-
Públicos	6.298	-	-	-	6.298
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-
Públicos	106.412	-	-	-	106.412
Privados	26.815	4.865	4.198	2.863	630
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	22.213
Mútuo	-	-	-	-	24.142
Total ativos financeiros	139.525	4.865	4.198	2.863	630

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento em 03/2023 e 09/2025.

4.5. Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora, através da otimização de ambos os níveis e diversificações das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a Resseguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores que dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R\$ 60 milhões, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes à sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	2022	2021
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	116.405	89.077
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR / bases negativas de contribuição social (-)	(2.292)	-
Ativos intangíveis (-)	(80)	(141)
Ajuste - PLA Níveis 1	(3.460)	-
Despesas antecipadas (-)	(3)	(1)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	110.570	88.935
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	3.460	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	3.460	-
Excesso de Nível 2	5.540	-
Excesso de nível 3	(5.540)	-
Excesso do PLA de nível 2 e 3 (Maior entre os excessos 2 e 3)(-)	5.540	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	119.570	88.935
Superávit TAP	95.030	80.515
Capital-Base (CB)	60.000	60.000
Capital adicional de subscrição (Subs)	13.821	8.729
Capital adicional risco de crédito	18.854	14.010
Risco de mercado	5.288	4.667
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(7.607)	(5.796)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	1.886	1.646
Capital de risco (I)	32.242	23.316
Capital mínimo requerido (II)	60.000	60.000
Suficiência de capital (III)	59.570	28.935

(i) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Comissões efetivas de resseguros		Prêmios estimados de resseguros		Comissões estimadas de resseguros	
Patrimonial	23.476	(2.288)	816	(212)	5.495	(688)	1.019	(356)
Responsabilidades	12.411	(1.504)	11.487	(2.953)	2.554	(391)	34	(164)
Transportes	3.805	(490)	-	-	161	(7)	3	(50)
Riscos financeiros	37.984	(11.560)	-	-	44.033	(3.794)	1.485	-
Rural	-	364	-	-	126	-	-	-
Marítimos	1.611	(598)	-	-	624	(90)	17	(6)
Aeronáuticos	5.617	(128)	-	-	857	(169)	2.292	(44)
Total	84.904	(15.859)	12.303	(3.165)	53.850	(5.139)	4.850	(620)

Circulante
Não circulante

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Comissões efetivas de resseguros		Prêmios estimados de resseguros		Comissões estimadas de resseguros		Prêmios RVNE		Comissões de RVNE de resseguros	
--------------------	--------------------------------	--	----------------------------------	--	---------------------------------	--	-----------------------------------	--	--------------	--	---------------------------------	--

(...continuação)

7.4. Impairment – Operações com seguradoras
As perdas para impairment foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do exercício. Valores provisionados como perda para impairment são baixados (write-off), quando não há mais expectativa da Administração para a recuperação do ativo financeiro.
Para avaliação de impairment de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de impairment para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de impairment, a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como, por exemplo, ratings internos, indústria ou tipo de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como Roll Rate Model. A Resseguradora designa os prêmios a receber como impaired a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.
A movimentação da provisão para impairment de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(665)	(461)
Provisões constituídas no exercício	(542)	(665)
Reversões de provisões para impairment	665	461
Outros ao final do exercício	(542)	(665)

7.5. Operações com resseguradora

Grupo por segmento	31 de dezembro de 2022			
	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	68	1.014	(34)	1.048
Responsabilidades	-	33	-	33
Riscos financeiros	-	3	-	3
Transportes	-	1	-	1
Marítimos	-	17	-	17
Aeronáuticos	-	2.290	(44)	2.246
Total	68	3.358	(78)	3.348

Segmento	2022				2021			
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Despesas pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	16.833	(6.635)	3.978	(1.510)	29.905	23.344	68.288	68.288
Responsabilidades	8.715	(3.787)	489	(203)	2.006	15.306	22.532	22.532
Transportes	-	-	106	-	-	-	106	106
Riscos financeiros	18.159	(7.209)	43.684	(3.700)	48.049	49	79.341	178.373
Rural	-	-	105	-	-	-	105	105
Marítimos	177	-	87	-	747	36	804	804
Aeronáuticos	6.304	(873)	856	(184)	9.302	810	25.764	41.979
Total	50.188	(18.504)	49.305	(5.597)	90.009	3.274	144.715	313.390

Segmento	2022				2021			
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Despesas pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	11.500	(4.486)	16.543	(3.164)	11.364	1.863	19.888	53.508
Riscos especiais	-	-	10	-	7	-	8	8
Responsabilidades	8.291	(3.538)	600	(30)	5.761	(626)	23.170	33.628
Transportes	-	-	140	-	364	-	504	504
Riscos financeiros	38.784	(17.042)	32.019	(13.263)	41.800	79	75.238	157.615
Rural	-	-	10	-	9	-	401	401
Marítimos	187	-	7	-	799	38	1.878	2.909
Aeronáuticos	6.081	(839)	20	(7)	9.719	1.174	19.909	36.057
Total	64.843	(25.905)	49.329	(16.464)	69.807	2.528	140.492	284.630

11. CONTAS A PAGAR			
	2022	2021	
Juros sobre capital próprio	5.134	1.988	
Participação nos lucros	113	104	
Outras obrigações a pagar	271	272	
	5.518	2.364	

11.2. Impostos e encargos sociais a recolher			
	2022	2021	
IRRF sobre folha de pagamento	17	15	
CSLL / PIS / COFINS terceiros	518	473	
IRRF sobre juros sobre capital próprio	906	351	
Imposto sobre serviço	306	52	
INSS sobre folha de pagamento	10	9	
Contribuição para FGTS	4	4	
	1.253	702	

11.3. Impostos e contribuições			
	2022	2021	
Imposto de renda	958	(808)	
Contribuição social	-	(1.416)	
CIDE	197	-	
COFINS	2.419	2.024	
PIS / PASEP	350	303	
	3.924	103	

11.4. Outras contas a pagar			
	2022	2021	
Contas a pagar	1.378	952	
Custos administrativos pagos por terceiros	5.194	5.222	
	6.572	6.174	

Segmento	2022				2021				
	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Riscos diferidos estimados - PPNG	Comissões diferidas estimadas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
Patrimonial	26.185	(2.670)	518	(2.332)	5.367	(676)	45.081	5.285	31.487
Responsabilidades	20.805	(3.635)	8.779	(2.332)	2.505	(385)	18.786	9.062	49.459
Transportes	3.433	(451)	-	-	161	(7)	-	39	258
Riscos financeiros	18.159	(7.163)	-	-	43.685	(3.648)	48.054	128	79.794
Rural	-	-	-	-	126	-	137	17	204
Marítimos	1.651	(290)	-	-	623	(89)	9.756	1.952	6.899
Aeronáuticos	6.304	(175)	-	-	857	(169)	9.562	850	25.823
Total	76.537	(14.384)	9.297	(2.469)	53.324	(4.974)	131.356	17.333	193.924

Segmento	2022				2021				
	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Riscos diferidos estimados - PPNG	Comissões diferidas estimadas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
Patrimonial	17.166	(2.095)	660	(172)	20.374	(1.753)	17.961	3.245	26.116
Riscos especiais	-	-	-	-	-	-	-	1	16
Responsabilidades	24.436	(4.789)	3.974	(1.033)	2.561	(393)	24.165	5.076	47.675
Transportes	36	(9)	-	-	175	(5)	504	10	724
Riscos financeiros	38.784	(16.823)	-	-	32.024	(12.975)	41.804	173	75.936
Rural	-	-	-	-	-	-	137	51	758
Marítimos	3.070	(529)	-	-	657	(68)	10.290	1.340	4.519
Aeronáuticos	6.061	(103)	-	-	20	(5)	9.998	1.310	21.234
Total	89.553	(24.348)	4.634	(1.205)	55.811	(15.199)	104.859	11.206	176.264

14.1. Movimentações de saldos patrimoniais provisões			
	2022	2021	
Imposto de renda	958	(808)	
Contribuição social	-	(1.416)	
CIDE	197	-	
COFINS	2.419	2.024	
PIS / PASEP	350	303	
	3.924	103	

14.2. Ajustes tributos diferidos - Passivo			
	2022	2021	
Tributos diferidos - Passivo	(808)	(808)	
Ajustes contábeis decorrentes da MTM dos investimentos	81	-	
Receita com tributos não realizados	1.824	1.395	
Eliminação dos efeitos contábeis do resultado de oscilação cambial	1.704	1.091	
	3.609	2.486	

14.3. Tributos diferidos - Passivo			
	2022	2021	
Imposto de renda	2.205	1.381	
IR diferido MTM - disponível para venda	51	-	
CS diferido MTM - disponível para venda	30	-	
Contribuição social	1.323	1.105	
	3.609	2.486	

14.4. Passivos de contratos de seguro			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.614	76.747	
Novos contratos emitidos	323.810	210.883	
Riscos expirados	(236.267)	(186.874)	
Riscos cancelados / resituídos	(94.970)	(35.913)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.187	64.843	
Novos contratos emitidos	313.575	181.161	
Riscos expirados	(226.099)	(157.582)	
Riscos cancelados / resituídos	(95.829)	(38.234)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.834	50.188	

14.5. Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.966	31.500	
Novos contratos emitidos	71.486	84.767	
Riscos expirados	(54.387)	(62.902)	
Riscos cancelados / resituídos	(17.512)	(27.460)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.555	25.905	
Novos contratos emitidos	63.830	59.608	
Riscos expirados	(53.371)	(56.672)	
Riscos cancelados / resituídos	(19.159)	(10.337)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.853	18.504	

14.6. Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.500	31.500	
Novos contratos emitidos	84.767	84.767	
Riscos expirados	(62.902)	(62.902)	
Riscos cancelados / resituídos	(17.512)	(27.460)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.905	25.905	
Novos contratos emitidos	63.830	59.608	
Riscos expirados	(53.371)	(56.672)	
Riscos cancelados / resituídos	(19.159)	(10.337)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.853	18.504	

14.7. Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.614	76.747	
Novos contratos emitidos	323.810	210.883	
Riscos expirados	(236.267)	(186.874)	
Riscos cancelados / resituídos	(94.970)	(35.913)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.187	64.843	
Novos contratos emitidos	313.575	181.161	
Riscos expirados	(226.099)	(157.582)	
Riscos cancelados / resituídos	(95.829)	(38.234)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.834	50.188	

14.8. Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.614	76.747	
Novos contratos emitidos	323.810	210.883	
Riscos expirados	(236.267)	(186.874)	
Riscos cancelados / resituídos	(94.970)	(35.913)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.187	64.843	
Novos contratos emitidos	313.575	181.161	
Riscos expirados	(226.099)	(157.582)	
Riscos cancelados / resituídos	(95.829)	(38.234)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.834	50.188	

14.9. Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.614	76.747	
Novos contratos emitidos	323.810	210.883	
Riscos expirados	(236.267)	(186.874)	
Riscos cancelados / resituídos	(94.970)	(35.913)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.187	64.843	
Novos contratos emitidos	313.575	181.161	
Riscos expirados	(226.099)	(157.582)	
Riscos cancelados / resituídos	(95.829)	(38.234)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.834	50.188	

14.10. Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.614	76.747	
Novos contratos emitidos	323.810	210.883	
Riscos expirados	(236.267)	(186.874)	
Riscos cancelados / resituídos	(94.970)	(35.913)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	94.187	64.843	
Novos contratos emitidos	313.575	181.161	
Riscos expirados	(226.099)	(157.582)	
Riscos cancelados / resituídos	(95.829)	(38.234)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.834	50.188	

14.11. Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1		

(...continuação)

16.2. Prêmios ganhos principais ramos de atuação

Segmento	2022	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	54.708	(79)
Responsabilidades	47.112	(26)
Transportes	361	(77)
Riscos financeiros	55.997	(55)
Rural	34	-
Marítimos	2.848	(127)
Aeronáuticos	10.681	(54)
Total	171.742	(56)

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

Grupo por segmento	2022		2021	
	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmio estimado - PPNG	Comissões estimadas - PPNG
Patrimonial	(9.727)	575	142	(35)
Responsabilidades	3.187	(1.154)	(4.805)	1.299
Transportes	(3.430)	442	-	-
Riscos financeiros	20.548	(9.660)	-	-
Rural	-	-	-	-
Marítimos	1.401	(240)	-	-
Aeronáuticos	(257)	72	-	-
Total	11.722	(9.965)	(4.663)	1.264

18. SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

	2022	2021
Indenizações avisadas	(72.260)	(43.595)
Despesas com sinistros	(8.925)	(3.803)
Salvados e ressarcidos	801	(226)
Ressarcimentos	(17.660)	(56.582)
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(96.022)	(98.187)

19. RESULTADO COM RETROCESSÃO

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2022	2021
Indenização de sinistros – Recuperação	(53.873)	31.652
Despesas com sinistros – Recuperação	(2.566)	1.000
Salvados e ressarcidos	2.708	(5.964)
Variação da provisão de IBNR	(4.224)	50.162
Receita com retrocessão	(57.955)	76.850
Prêmios cedidos em retrocessão brutos	142.435	(188.069)
Comissões	(38.179)	61.254
Variação das despesas de retrocessão – Provisões	(3.835)	2.000
Outros resultados	(116)	(75)
Despesa com retrocessão	100.305	(124.890)
Resultado com retrocessão	42.350	(48.040)

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

Segmento	2022		2021	
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão	
Patrimonial	27.674	(26.859)	815	
Riscos especiais	(8)	-	(8)	
Responsabilidades	(6.851)	(8.586)	(15.437)	
Riscos financeiros	31.337	(55.232)	(23.895)	
Rural	(245)	(34)	(279)	
Marítimos	(1.073)	(203)	(1.276)	
Aeronáuticos	7.120	(9.390)	(2.270)	
Total	57.954	(100.304)	(42.350)	

Segmento	2022		2021	
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão	
Patrimonial	15.160	(22.897)	(7.737)	
Riscos especiais	(8)	(9)	(17)	
Responsabilidades	10.281	(13.671)	(3.390)	
Transportes	3	(1)	2	
Riscos financeiros	46.146	(76.577)	(30.431)	
Rural	(100)	(303)	(403)	
Marítimos	239	(136)	103	
Aeronáuticos	5.129	(11.296)	(6.167)	
Total	76.850	(124.890)	(48.040)	

Segmento	2021	
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %
Patrimonial	44.374	(45)
Riscos especiais	10	170
Responsabilidades	43.517	(56)
Transportes	138	(12)
Riscos financeiros	78.527	(58)
Rural	323	63
Marítimos	3.372	(51)
Aeronáuticos	12.929	(51)
Total	183.190	(54)

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da Resseguradora está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

Grupo por segmento	2022		2021	
	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmio estimado - PPNG	Comissões estimadas - PPNG
Patrimonial	(9.727)	575	142	(35)
Responsabilidades	3.187	(1.154)	(4.805)	1.299
Transportes	(3.430)	442	-	-
Riscos financeiros	20.548	(9.660)	-	-
Rural	-	-	-	-
Marítimos	1.401	(240)	-	-
Aeronáuticos	(257)	72	-	-
Total	11.722	(9.965)	(4.663)	1.264

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Grupo por segmento	2022		2021	
	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmio estimado - PPNG	Comissões estimadas - PPNG
Patrimonial	10.380	(924)	(291)	76
Responsabilidades	(2.540)	766	(1.828)	475
Transportes	(36)	9	-	-
Riscos financeiros	3.463	(1.053)	-	-
Rural	264	-	-	-
Marítimos	(782)	241	-	-
Aeronáuticos	570	1	-	-
Total	11.319	(960)	(2.119)	551

21. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2022	2021
Despesas com pessoal próprio	(703)	(689)
Serviços de terceiros	(4.496)	(4.545)
Localização e funcionamento	(108)	(127)
Despesas com publicações	(109)	(7)
Doativos e contribuições	(37)	(36)
Custos rateados (*)	(9.639)	(29.158)
	(15.092)	(34.562)

(*) A AIG Seguros disponibiliza à AIG Resseguros suporte administrativo, bem como a utilização de sua infraestrutura, a concentração em uma única empresa componente do grupo econômico, do controle dos gastos referente aos departamentos de apoio administrativo de forma centralizada, para posterior rateio dos custos e despesas administrativas comuns e necessárias ao desenvolvimento de seus negócios. Em 2021, adotamos a metodologia de rateio baseada na proporção do prêmio ganho líquido de resseguro da entidade sobre a mesma cifra da empresa controladora.

Em 2022, para efeito de cálculo da proporção das atividades utilizadas por cada uma das Partes e consequente apuração dos custos e despesas objeto de rateio e ressarcimento, as Partes adotaram como critério a alocação do tempo dispendido nas atividades em benefício de cada Parte. Os custos e despesas rateáveis são incorridos de forma centralizada pela AIG Seguros em benefício de ambas as entidades Partes.

O critério aqui definido é claro, razoável e objetivo, o qual consiste em alocar a estrutura do negócio disponibilizada pela AIG Seguros à AIG Resseguros conforme as atividades exercidas pelos funcionários da AIG Seguros em benefício único e exclusivo da Resseguradora.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
COFINS	(3.879)	(3.918)
Outros tributos	(276)	(283)
PIS / PASEP	(731)	(914)
Taxa de fiscalização	(620)	(544)
	(5.506)	(5.659)

(a) Receitas financeiras

	2022	2021
Receitas com títulos de renda fixa privados	7.768	3.810
Receitas com títulos de renda fixa públicos	11.805	4.868
Oscilação cambial com operações de resseguros	(4.450)	5.764
Quotas de outros fundos de investimento	2.331	1.993
Outras receitas	432	(141)
	17.686	16.294

(b) Despesas financeiras

	2022	2021
Oscilação cambial com operações de resseguros aceitos	6.286	(5.502)
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	-
Outras despesas	(911)	(1.863)
	5.374	(7.365)
	23.060	8.929

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Thomas Kelly Batt

Thomas Kelly Batt

Edson Lima de Souza

Fernando Borges Porelo

Hércules de Paiva Ferreira Pascarelli

Luis Ricardo Souza de Almeida

COMITÊ DE AUDITORIA

Benildo de Araujo Costa

David Soares dos Santos

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva

ATUÁRIA

Vanessa Peres Gardesani - MIBA – 2872

CONTADORA

Roseli Midori Kanazawa - CRC - 1SP187230/O-8

Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A. São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S/A, instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral se reuniu em 2022, em nove oportunidades. O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S/A, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos

que entenda necessários.

Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência.

A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da AIG ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

Benildo de Araujo Costa David Soares dos Santos Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da AIG Resseguros Brasil S.A. - São Paulo – SP

Escopo da auditoria atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da administração

A administração da AIG RESSEGUROS BRASIL S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações

financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AIG RESSEGUROS BRASIL S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinão

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG RESSEGUROS BRASIL S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIB/A18 - CNPJ: 02.668.801/0001-55

R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002

São Paulo – SP – Brasil

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para

execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir fundamentação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5